2º Simulado Especial

TRT SP

Analista Judiciário - Área Administrativa

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TRT-SP (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa** do **TRT-SP**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/s9ieTGSNAEvBJmYy9

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

https://coruja.page.link/JQMZ

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

Que área do empreendimento humano não é moralmente ambígua?

Até as instituições populares que pretendem nos dar conselhos sobre comportamento e ética parecem carregadas de contradições. Considerem-se os aforismos. "A pressa é inimiga da perfeição; mas um passo dado a tempo vale por nove. Mais vale um pássaro na mão do que dois voando; mas quem não arrisca, não petisca. Onde há fumaça, há fogo; mas o hábito não faz o monge. Um centavo poupado é um centavo ganho; mas não se pode levá-lo para o túmulo. Quem hesita está perdido; mas os tolos entram correndo onde até os anjos têm medo de pisar. Duas cabeças pensam melhor do que uma; mas comida em que muitos mexem, se não sai crua ou queimada, sai insossa ou salgada". Houve época em que as pessoas planejavam ou justificavam suas ações baseando-se nesses lugares-comuns contraditórios. Qual é a responsabilidade moral do aforista? Ou do astrólogo solar, do leitor de tarô, do profeta dos tabloides?

Ou considerem-se as principais religiões oficiais. Em Miqueias, recebemos ordens de agir com justiça e amar a misericórdia; no Êxodo, somos proibidos de cometer homicídio; no Levítico, a ordem é amar o nosso próximo como a nós mesmos; e, nos Evangelhos, somos instados a amar os nossos inimigos. Entretanto, pensem nos rios de sangue derramado pelos seguidores ardorosos dos livros em que se encontram incrustadas essas exortações de boa intenção.

Em Josué e na segunda metade de Números, celebra-se o assassinato em massa de homens, mulheres, crianças e animais domésticos em inúmeras cidades por toda a terra de Canaã. Jericó é arrasada num *kherem*, uma "guerra santa". Nesse episódio, Deus ordena aos israelitas que circundem a cidade de Jericó por sete dias, tocando trombetas. Ao final, as muralhas caem, permitindo que os israelitas invadam e destruam a cidade completamente, matando homens, mulheres, crianças e animais, em obediência ao conceito de *kherem (חרם)*, que significa a destruição total ou consagração a Deus através da destruição. A única justificativa oferecida para essa matança é a afirmação dos homicidas de que, em troca da circuncisão de seus filhos e da adoção de um conjunto particular de rituais, os seus ancestrais teriam recebido há muito tempo a promessa de que a terra era sua. Não se consegue tirar da Sagrada Escritura nem um vestígio de sentimento de culpa, nem um resmungo de inquietação patriarcal ou divina com essas campanhas de extermínio. Em vez disso, Josué "destruiu tudo o que respirava, como o Senhor Deus de Israel havia ordenado" (Josué, 10:40). E esses acontecimentos não são incidentais, mas centrais para o principal moto narrativo do Velho Testamento. Histórias semelhantes de assassinatos em massa (e, no caso dos amalequitas, genocídio) podem ser encontradas nos livros de Saul, Ester, e em outros lugares da Bíblia, sem que apareça nenhuma angústia de dúvida moral. Tudo isso certamente perturbou os teólogos liberais de eras posteriores.

Diz-se adequadamente que o diabo pode "citar a Escritura para seus fins". A Bíblia está cheia de tantas histórias de moral contraditória que toda geração encontra nela justificativa para quase todas as ações que propõe — de incesto, escravidão e homicídio em massa ao amor mais refinado, coragem e abnegação. E essa desordem moral de múltipla personalidade não se restringe ao judaísmo e ao cristianismo. Pode-se encontrá-la profundamente entranhada no Islã, na tradição hindu, de fato em quase todas as religiões do mundo. Talvez não sejam os cientistas, mas as pessoas que são moralmente ambíguas.

É tarefa específica dos cientistas, acredito, alertar o público sobre possíveis perigos, especialmente sobre aqueles que emanam da ciência ou são previsíveis pelo uso dela. Tal missão é, poder-se-ia dizer, profética. É evidente que os avisos devem ser judiciosos e não precisam ser mais bombásticos do que a situação exige: mas, se devemos cometer erros, que eles favoreçam, em vista dos riscos, a segurança.

(Carl Sagan, O Mundo Assombrado Pelos Demônios)

1. Com base no texto apresentado, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O autor questiona a coerência moral das religiões ao indicar que os textos sagrados contêm mandamentos éticos ao lado de relatos de violência extrema.

b) Segundo o autor, as contradições presentes nos aforismos mostram como é difícil estabelecer princípios éticos claros e definitivos.

c) O texto afirma que a responsabilidade dos cientistas inclui a previsão e alerta de perigos potenciais derivados ou relacionados à ciência.

d) O autor defende que as religiões oficiais mantêm sempre um nível de coerência moral, justificando por valores sagrados atos supostamente violentos.

e) A humanidade frequentemente se apoia em narrativas religiosas contraditórias para justificar comportamentos morais diversos.

2. Considerando a argumentação apresentada, não é correto inferir que:

a) A mensagem principal do texto é a ideia de que a moralidade humana é intrinsecamente ambígua, refletida especialmente nas religiões e nos sistemas éticos populares. O autor destaca que as escrituras religiosas contêm mandamentos morais elevados junto com relatos que justificam atrocidades, indicando que os seres humanos tendem a selecionar desses textos aquilo que melhor justifique suas ações, sejam elas pacíficas ou violentas. Essa contradição inerente sugere que a ambiguidade moral está menos nos textos ou instituições e mais na natureza humana.

b) Um aspecto relevante, porém secundário, é a análise crítica dos aforismos populares que, embora tenham o propósito de orientar comportamentos, frequentemente apresentam conselhos contraditórios. O autor exemplifica isso claramente, mostrando como os mesmos lugares-comuns podem ser usados para justificar atitudes opostas, reforçando a complexidade ética das decisões humanas.

c) Outro ponto discutido no texto é o papel da ciência na sociedade. Diferentemente das religiões e dos aforismos, o autor atribui aos cientistas uma responsabilidade ética específica de alertar o público sobre os riscos ligados ao desenvolvimento e aplicação da ciência. Ele enfatiza que, mesmo sendo uma tarefa delicada, é vital que os alertas sejam proporcionais e cuidadosos para não gerar pânico desnecessário.

d) Também se observa no texto a reflexão sobre a responsabilidade moral de figuras que exercem influência cultural, como astrólogos, leitores de tarô e profetas de tabloides. Embora mencionados rapidamente, esses personagens ilustram como a sociedade frequentemente atribui a terceiros o papel de orientar decisões éticas ou existenciais, reforçando ainda mais a complexidade das escolhas morais individuais.

e) O texto faz uma crítica contundente aos episódios bíblicos de violência extrema, como as campanhas militares descritas em Jericó e outros locais. Apesar de não ser relevante para a tese, a presença desses relatos serve para exemplificar a extensão da contradição ética que caracteriza textos religiosos, ajudando o autor a ilustrar a dualidade justa das religiões.

3. *Tal missão é, poder-se-ia dizer, profética. É evidente que os avisos devem ser <u>judiciosos</u> e não precisam ser mais bombásticos do que a situação exige: mas, se devemos cometer erros, que eles favoreçam, em vista dos riscos, a segurança. (5º parágrafo)*

Traduz-se adequadamente o sentido do termo destacado como:

a) justos;

b) processuais;

c) insidiosos;

d) sensatos;

e) definitivos.

4. Transpondo-se para a voz passiva o segmento **“**toda geração encontra nela justificativa para quase todas as ações”, a forma verbal resultante seria:

a) encontrava-se;

b) foi encontrada;

c) é encontrada;

d) é encontrado;

e) encontrar-se-ia.

5. A Bíblia está cheia de tantas histórias de moral contraditória que toda geração encontra nela justificativa para quase todas as ações que propõe — de incesto, escravidão e homicídio em massa ao amor mais refinado, coragem e abnegação.

O segmento destacado, em relação à oração anterior, estabelece relação semântica de:

a) causa;

b) ressalva;

c) concessão;

d) tempo;

e) consequência;

6. Considerando o emprego e colocação dos pronomes, está de acordo com a norma culta a substituição proposta em:

a) "Até as instituições populares que pretendem nos dar conselhos sobre comportamento e ética parecem carregadas de contradições." - **dar-lhes**;

b) "mas o hábito não faz o monge." – **lhe faz**;

c) "Josué 'destruiu tudo o que respirava." – **destruiu-os**;

d) "Em Miqueias, recebemos ordens de agir com justiça e amar a misericórdia." – **recebemo-las**;

e) "Deus ordena aos israelitas que circundem a cidade de Jericó por sete dias" – **circundem-na**.

7. *Um centavo poupado é um centavo ganho; mas não se pode levá-**lo** para o túmulo. (1º parágrafo)*

*É tarefa específica dos cientistas, acredito, alertar o público sobre possíveis perigos, especialmente sobre **aqueles** **que** emanam da ciência ou são previsíveis pelo uso dela. Tal missão é, poder-se-ia dizer, profética. É evidente que os avisos devem ser judiciosos e não precisam ser mais bombásticos do que a situação exige: mas, se devemos cometer erros, que **eles** favoreçam, em vista dos riscos, a segurança. (5º parágrafo)*

Os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a:

a) centavo; perigos; público; erros.

b) centavo; perigos; aqueles; erros.

c) centavo; cientistas; perigos; erros.

d) túmulo; cientistas; aqueles; avisos.

e) túmulo; cientistas; aqueles; avisos.

8. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

a) Argumentam-se, nos debates religiosos mais acalorados, que a moral bíblica pode ser ambígua.

b) A criação de uma narrativa e de uma moral coerente com valores geram aforismos de referência.

c) À moral religiosa equivalem muitas lições éticas nem sempre totalmente coerentes entre si.

d) No debate moral, necessitam-se de muitos argumentos para fundamentar contradições aparentes.

e) Cita-se, nas digressões éticas religiosas, diversos exemplos de comportamento vingativo.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

9. Consideraremos as afirmações abaixo verdadeiras:

I. Luana é eletricista ou Josué é costureiro.

II. Se Denise é psicóloga, então Josué não é costureiro.

III. Bia é diretora ou Ricardo é editor.

IV. Ricardo é editor e Luana não é eletricista.

A partir dessas informações é possível concluir, corretamente, que:

a) Bia é diretora.

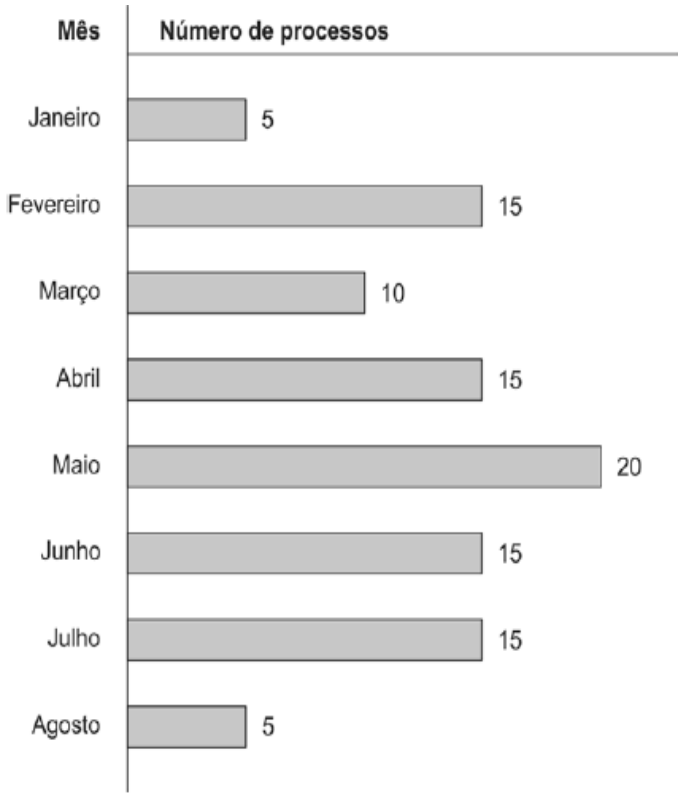
b) Josué é costureiro.

c) Denise é psicóloga.

d) Bia não é diretora.

e) Josué não é costureiro.

10. No TRT SP, os números de processos com um determinado padrão autuados em órgãos específicos, de janeiro a agosto de 2024, são mostrados no gráfico abaixo.



A soma da média aritmética, mediana e moda é igual a:

a) 40

b) 45.

c) 42,5.

d) 47,5.

e) 50.

11. A companhia de luz possui um padrão de reajustes: a cada mês de março, há um aumento de 20% no preço cobrado por kwh, em relação ao preço praticado em março do ano anterior. Menelaus também possui um padrão de consumo interessante: a cada mês de março, consome exatos 10% a mais do que em março do ano anterior.

Diante do exposto, é correto afirmar que, em comparação ao que foi pago em março de 2025, Menelaus pagará a mais em janeiro de 2027 aproximadamente

a) 32%.

b) 54%.

c) 64%.

d) 74%.

e) 86%.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

12. Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº. 13.146/15, constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho. Acerca das diretrizes para a colocação competitiva e o trabalho com apoio,

a) é vedada a concessão de prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho

b) a provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência é seu direito, incluída a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva quando não onere o empregador

c) deve-se respeitar sempre o perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada

d) tem sua instrumentalização pelo poder público, sendo vedada a participação de organizações da sociedade civil

e) empregadores serão aconselhados para que incluam pessoas com deficiência em seus quadros, sempre que, a seu juízo, encontrarem cargos compatíveis

13. De acordo com a Resolução CSJT n.º 386, de 30 de agosto de 2024, que institui a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho, não se considera uma ação a ser adorada para a promoção da cultura inclusiva e anticapacitista:

a) a criação de mecanismos de diálogo social que viabilizem a escuta direta de pessoas com deficiência

b) a promoção de capacitação específica e a inclusão de conteúdos correlatos a esta Política nos currículos

c) a previsão nos editais de concursos públicos de disciplina que abarque os direitos das pessoas com deficiência, para ingresso na Justiça do Trabalho

d) o levantamento de dados estatísticos e a realização de estudos e pesquisas científicas, voltados à melhor compreensão das temáticas relacionadas a Política, até mesmo em parceria com instituições privadas

e) atenção especial às pessoas com deficiência sensorial na contratação de pessoas com deficiência na condição de aprendiz

14. Nos termos da Lei n. 10.098/2000 e do Decreto 5.296/2004, em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. Quanto ao percentual a ser garantido esse será de:

a) 2% do total, garantida, no mínimo, uma vaga

b) 3% total, garantida, no mínimo, uma vaga

c) 3% do total, garantida, no mínimo, duas vagas

d) 5% do total, garantida, no mínimo, uma vaga

e) 10% do total, garantida, no mínimo, uma vaga

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRT SP

Tiago Zanolla

15. Com base no Código de Ética do TRT-SP, assinale a alternativa correta quanto ao processo de apuração de infrações éticas.

a) O processo de apuração é sigiloso e dispensa o contraditório e a ampla defesa, dada sua natureza ética.

b) A apuração de infração ética será feita exclusivamente pelo Comitê de Ética, sem participação da Diretoria-Geral.

c) A apuração observará o contraditório, a ampla defesa e o tratamento igualitário para todos os erros, independentemente da boa-fé.

d) A apuração das infrações éticas será feita por processo administrativo, com garantia do contraditório, ampla defesa e tratamento diferenciado ao erro de boa-fé.

e) Os casos de infrações éticas devem obrigatoriamente resultar em processo administrativo disciplinar.

16. Caso um servidor descumpra as obrigações previstas em Termo de Ajustamento de Conduta firmado no TRT-2, é correto afirmar que:

a) O TAC será considerado automaticamente revogado, sem necessidade de análise.

b) O Comitê deverá converter o TAC em penalidade de suspensão.

c) O descumprimento do TAC não acarreta qualquer consequência, pois se trata de medida informal.

d) Embora incompleto, o TAC será considerado cumprido se houver boa-fé do servidor.

e) O Código prevê consequências específicas para o descumprimento, que devem ser avaliadas pela autoridade competente.

17. Conforme o Código de Ética do TRT-SP, é vedado ao gestor:

a) Emitir juízo público sobre decisão administrativa já transitada em julgado.

b) Opinar publicamente sobre o mérito de questão submetida à sua decisão, salvo se for de conhecimento geral.

c) Declarar sua opinião pessoal em redes sociais sobre assuntos institucionais.

d) Participar de conselhos consultivos de empresas privadas.

e) Solicitar reavaliação de processos sob sua responsabilidade funcional.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

18. Em relação aos conceitos básicos da Internet e suas tecnologias associadas, analise as afirmações abaixo:

I. DNS (Domain Name System) é responsável por traduzir nomes de domínios (como www.exemplo.com) em endereços IP que os computadores utilizam para se comunicar.

II. HTTP e HTTPS são protocolos utilizados para comunicação entre navegadores e servidores web, onde o HTTPS oferece criptografia de dados.

III. Endereço IP dinâmico é aquele atribuído a um dispositivo de forma fixa e permanente pela operadora de internet.

Com base nas afirmações acima, assinale a alternativa correta:

a) Apenas a afirmação I está correta.

b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.

c) Apenas a afirmação III está correta.

d) Todas as afirmações estão corretas.

e) Nenhuma das afirmações está correta.

19. Qual das opções abaixo representa uma boa prática de navegação segura na internet:

a) Clicar em links recebidos por e-mail, desde que o remetente pareça confiável.

b) Utilizar a mesma senha para vários sites para facilitar o acesso.

c) Manter o navegador e o antivírus atualizados.

d) Ignorar avisos de segurança do navegador em sites desconhecidos.

e) Desativar o firewall para melhorar a velocidade da internet.

20. No Windows 10, temos uma funcionalidade que torna o sistema mais sensível ao toque quando você usa seu dispositivo como um tablete. Essa opção é chamada de "Modo Tablet". A opção que permite alternar entre o uso ou não do Modo Tablet, se encontra no menu:

a) Sistema.

b) Dispositivo.

c) Telefone.

d) Aplicativos.

e) Contas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

21. A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, pode-se afirmar que a norma segundo a qual é princípio da ordem econômica a busca do pleno emprego possui:

a) eficácia plena

b) eficácia contida

c) eficácia diferida

d) eficácia limitada

e) eficácia contida programática

22. Se um governador de Estado decidir impugnar a validade de uma lei municipal diretamente no Supremo Tribunal Federal, deve manejar qual ação de controle concentrado de constitucionalidade?

a) arguição de descumprimento de preceito fundamental

b) ação direta de inconstitucionalidade

c) ação declaratória de constitucionalidade

d) mandado de segurança

e) mandado de injunção

23. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais constitucionalmente assegurado, EXCETO:

a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória

b) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho

c) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei

d) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho

e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de sete dias, nos termos da lei;

24. Johannes, brasileiro naturalizado, conheceu em Madagascar a nativa Makeleandra. Casaram-se e lá tiveram um filho, Johannes Júnior, que, embora não tenha sido registrado na repartição brasileira competente, veio a residir no Brasil, ao completar 20 anos. Diante da situação narrada, pode-se dizer que Johannes Júnior:

a) é brasileiro nato

b) é brasileiro naturalizado

c) pode se tornar brasileiro nato, caso opte pela nacionalidade brasileira

d) é estrangeiro, não podendo ser reconhecido como brasileiro

e) é estrangeiro, mas pode naturalizar-se brasileiro

25. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente:

a) os governadores de estado, nos crimes comuns

b) o Presidente da República, nos crimes comuns

c) a extradição solicitada por estado estrangeiro

d) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça

e) as ações diretas de inconstitucionalidade

26. Sinforosa ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Mutretas Malandras S/A, alegando ter sofrido dano moral no âmbito da relação de trabalho. À luz da CF e da jurisprudência, o julgamento dessa ação cabe:

a) à Justiça Comum estadual

b) à Justiça do Trabalho

c) ao juizado especial cível

d) à Justiça Federal comum

e) ao Superior Tribunal de Justiça

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

27. Um agente da vigilância sanitária estadual, ao constatar a inexistência de condições higiênico-sanitárias mínimas em um estabelecimento de manipulação de alimentos, decidiu pela interdição imediata do local e aplicação de multa ao seu proprietário. Tal conduta, respaldada por norma legal específica, caracteriza o exercício de qual poder da Administração Pública?

a) Poder Disciplinar

b) Poder Vinculado

c) Poder Hierárquico

d) Poder de Polícia

e) Poder Normativo

28. Um órgão público mantém há anos um processo de atendimento ao cidadão presencial e inteiramente manual, com filas extensas e grande morosidade, mesmo após a disponibilização de verbas para digitalização e a existência de sistemas prontos para uso. Nenhuma justificativa técnica foi apresentada para a manutenção desse modelo, que gera insatisfação generalizada entre os usuários. A conduta adotada representa ofensa direta a qual princípio da Administração Pública?

a) Publicidade

b) Moralidade

c) Legalidade

d) Eficiência

e) Supremacia do interesse público

29. Um servidor municipal aplicou penalidade a uma empresa contratada, justificando sua decisão no atraso injustificado na entrega de produtos essenciais. A medida foi amparada em cláusula contratual e relatório de fiscalização. No contexto dos elementos do ato administrativo, a fundamentação apresentada diz respeito a qual elemento?

a) Objeto

b) Forma

c) Motivo

d) Finalidade

e) Competência

30. No âmbito de um processo administrativo federal, um diretor de autarquia federal decidiu delegar parte de sua competência a um servidor de outro órgão, sem subordinação hierárquica, por razões técnicas ligadas ao tema tratado. No entanto, o diretor também decidiu transferir ao servidor a competência para decidir recursos administrativos relativos ao caso. Com base na Lei nº 9.784/1999, essa delegação é:

a) Totalmente válida, desde que publicada no meio oficial.

b) Parcialmente válida, pois a delegação entre órgãos sem subordinação é vedada.

c) Parcialmente válida, pois é vedada a delegação da competência para decidir recursos administrativos.

d) Inválida, pois a delegação só pode ocorrer dentro da mesma estrutura hierárquica.

e) Válida apenas se houver concordância expressa do servidor delegado.

31. Um servidor público, após firmar contrato com entidade privada para aquisição de equipamentos hospitalares, autorizou o pagamento integral dos valores contratados mesmo sem o recebimento completo dos produtos e sem verificar a regularidade da entrega. A conduta descrita pode, em tese, configurar ato de improbidade administrativa:

a) Apenas, e de forma suficiente, se houver dano efetivo ao erário.

b) Desde que fique comprovada a ocorrência de dolo, ainda que não haja dano ao erário.

c) Mesmo que praticada de forma culposa, por se tratar de descumprimento de dever funcional.

d) Somente se os equipamentos forem utilizados em benefício do próprio agente.

e) Se a omissão resultar em vantagem indevida para terceiros, independentemente de dolo.

32. Um município pretende contratar diretamente um artista de renome nacional para apresentação em evento cultural promovido pela Secretaria de Cultura. Outro órgão da administração, por sua vez, planeja adquirir, sem licitação, materiais de escritório de empresa local, alegando que o valor está dentro dos limites legais. Considerando as regras da Lei nº 14.133/2021, as contratações descritas referem-se, respectivamente, a hipóteses de:

a) Dispensa de licitação por valor e inexigibilidade por inviabilidade de competição.

b) Inexigibilidade de licitação e dispensa por valor.

c) Inexigibilidade de licitação e inexigibilidade por valor.

d) Dispensa de licitação por situação emergencial e dispensa por valor.

e) Inexigibilidade por notório saber e dispensa por inexigibilidade técnica.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

33. A empresa "Alfa Ltda." sofreu um processo trabalhista e foi condenada a pagar verbas rescisórias a um ex-empregado. Contudo, em fase de execução, descobriu-se que a "Alfa Ltda." não possuía bens suficientes para quitar a dívida. Verificou-se, então, que a "Alfa Ltda." integra um grupo econômico com a empresa "Beta S.A.", embora esta última tenha personalidade jurídica própria e não tenha participado da fase de conhecimento do processo. Diante dessa situação e considerando as disposições da CLT, é correto afirmar que:

a) A empresa "Beta S.A." não poderá ser incluída no polo passivo da execução, pois não participou da fase de conhecimento, respeitando o princípio do contraditório.

b) A responsabilidade da empresa "Beta S.A." é solidária pelas obrigações trabalhistas, mas apenas se houver comprovação de subordinação hierárquica direta com a "Alfa Ltda.".

c) A "Beta S.A." poderá ser incluída no polo passivo da execução, pois as empresas do mesmo grupo econômico são responsáveis subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas.

d) A inclusão da "Beta S.A." na execução é permitida, dado o conceito de solidariedade passiva de empresas do mesmo grupo econômico, visando à garantia do crédito trabalhista, e tal inclusão é possível mesmo que não tenha participado da fase de conhecimento.

e) O grupo econômico será caracterizado apenas se houver demonstração de que a "Beta S.A." exerceu direção, controle ou administração sobre a "Alfa Ltda.", excluindo-se o grupo por coordenação.

34. Mariana foi contratada como analista de RH pela empresa "Saber Crescer S.A." e, no momento da admissão, o empregador solicitou sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física. Após cinco dias úteis, Mariana percebeu que o contrato ainda não havia sido anotado. Além disso, ela ficou sabendo que o empregador costuma fazer anotações em CTPS sobre faltas injustificadas. Diante do cenário e das normas da CLT, assinale a afirmativa correta:

a) O empregador tem o prazo de 48 horas para realizar a anotação na CTPS de Mariana.

b) A recusa do empregador em anotar a CTPS descaracteriza o vínculo empregatício e torna o contrato de trabalho inválido.

c) Se o empregador efetuar anotações sobre as faltas injustificadas de Mariana em sua CTPS, tal conduta será considerada lícita, desde que as faltas sejam comprovadas.

d) Mariana tem o direito de ter sua CTPS anotada no prazo de 5 (cinco) dias úteis e o empregador está proibido de fazer anotações que desabonem sua conduta, como o registro de faltas injustificadas.

e) A comunicação do número do CPF de Mariana ao empregador é suficiente para que a CTPS física seja dispensada, mas não para a emissão do recibo de apresentação da CTPS.

35. Um empregado de uma grande empresa de tecnologia, com mais de 100 funcionários, costuma chegar 10 minutos mais cedo e sair 10 minutos mais tarde para usar a academia da empresa, antes e depois de sua jornada. Em determinado dia, devido a um forte temporal, ele permaneceu no local de trabalho por 40 minutos adicionais após o expediente, sem realizar qualquer atividade laboral. O ponto eletrônico registra todas as variações. Considerando a legislação trabalhista, é correto afirmar:

a) Os 10 minutos diários de variação de horário (chegada e saída) não serão computados na jornada, pois se enquadram na tolerância legal, mas os 40 minutos do temporal serão considerados jornada extraordinária.

b) O tempo que ele utiliza a academia, tanto na chegada quanto na saída, é considerado tempo à disposição do empregador, gerando horas extras.

c) O período de 40 minutos em que ele permaneceu devido ao temporal não será computado como jornada, por se tratar de tempo à disposição por escolha própria, fora das atividades laborais.

d) Para empresas com mais de 20 trabalhadores, é obrigatório o registro da jornada de trabalho apenas por meio eletrônico, devido ao alto número de funcionários.

e) O tempo de deslocamento da portaria da empresa até o posto de trabalho, caso exceda 10 minutos, é computado como jornada de trabalho.

36. Uma funcionária de um frigorífico, Sra. Ana, trabalha 8 horas por dia em ambiente com temperaturas muito baixas. No entanto, ela não tem recebido os intervalos especiais para descanso previstos na lei para quem trabalha em tais condições. Ao buscar seus direitos, ela descobre que o empregador concedia apenas 45 minutos de intervalo para repouso e alimentação, alegando que o excesso de intervalo seria um benefício e não uma obrigação. Além disso, a empresa tem um plano de redução de intervalo para 30 minutos em jornadas acima de 6 horas, mas este não foi estabelecido via negociação coletiva.

Com base na situação hipotética e na CLT, é correto afirmar:

a) O intervalo concedido pelo empregador à Sra. Ana, mesmo que não previsto em lei, deve ser computado como tempo à disposição da empresa, remunerado como serviço extraordinário.

b) O período de 45 minutos de intervalo concedido à Sra. Ana não é suficiente, e a empresa deverá pagar integralmente o período total do intervalo (1 hora ou mais, dependendo da jornada) como hora extra.

c) Sra. Ana tem direito a um intervalo de 20 minutos a cada 1 hora e 40 minutos de trabalho contínuo em ambiente frigorífico, computado como tempo de trabalho efetivo.

d) A redução do intervalo para 30 minutos é permitida, independentemente de negociação coletiva, desde que a jornada exceda 6 horas e não prejudique a saúde do trabalhador.

e) A ausência ou concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo para repouso e alimentação implica o pagamento de natureza salarial apenas do período suprimido, com acréscimo de 50%.

37. Carlos, de 15 anos, foi contratado para trabalhar em uma padaria, em jornada de 8 horas diárias, seguindo as mesmas regras da contratação dos demais empregados. Seu empregador, para que Carlos pudesse frequentar a escola no período noturno, exigia que ele trabalhasse até as 22h, realizando tarefas diversas, incluindo o manuseio de um forno industrial, em atividade enquadrada como perigosa. Após um mês, Carlos não se adaptou e pediu para sair, mas o empregador alega que ele deve cumprir o contrato integralmente. Considerando as normas da CLT, assinale a afirmativa correta:

a) O contrato de Carlos, por ter 15 anos, é nulo de pleno direito, pois é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, mesmo na condição de aprendiz.

b) O trabalho de Carlos em forno industrial, sendo este uma atividade perigosa, é permitido, desde que o empregador forneça o devido EPI.

c) A jornada de 8 horas diárias para Carlos, sendo ele menor de 18 anos, é lícita, mas o trabalho noturno e em forno industrial são proibidos.

d) O contrato de Carlos deveria ter sido na modalidade de aprendizagem, com jornada máxima de 6 horas diárias, vedada a prorrogação e compensação.

e) A idade máxima para o contrato de aprendizagem é 24 anos, mas esta não se aplica a aprendizes portadores de deficiência, que podem ter contratos de até 3 anos.

38. Pedro, empregado de uma empresa de contabilidade, completou seu período aquisitivo de férias em 01/01/2024. A empresa, no entanto, por questões operacionais, concedeu suas férias somente em 01/03/2025, ou seja, após o término do período concessivo. Além disso, a empresa tem o costume de fracionar as férias em quatro períodos para todos os empregados, sem consultar a concordância individual. Diante dessa situação e das disposições da CLT, é correto afirmar:

a) O empregador pagará em dobro a remuneração relativa ao período de férias concedidas após o prazo, e não há óbice ao fracionamento em quatro períodos.

b) As férias de Pedro deveriam ter sido concedidas até 31/12/2024, e a concessão fora desse prazo implica o pagamento em dobro da remuneração correspondente.

c) O fracionamento das férias em até três períodos é permitido, independentemente da concordância do empregado, desde que um dos períodos não seja inferior a 14 dias.

d) As faltas injustificadas de Pedro durante o período aquisitivo de suas férias não podem, sob nenhuma hipótese, ser consideradas para reduzir o número de dias de suas férias.

e) A empresa não está sujeita à multa pela concessão intempestiva das férias, pois o pagamento em dobro da remuneração já compensa o atraso.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

39. Entre os requisitos objetivos dos recursos trabalhistas está o preparo, que compreende o pagamento das custas processuais e do depósito recursal. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

a) Estão dispensados do recolhimento do depósito recursal as pessoas jurídicas de direito público, o Ministério Público e a massa falida.

b) Quando há condenação solidária ou subsidiária entre duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais.

c) O depósito recursal deve ser realizado e comprovado dentro do prazo destinado ao recurso. Caso este seja interposto antecipadamente, o depósito também deve ser antecipado, sob pena de deserção.

d) É exigido o depósito recursal mesmo na interposição de recurso de revista em fase de execução.

e) O depósito recursal não é necessário quando se recorre de sentenças apenas declaratórias ou constitutivas, sendo exigido apenas nos casos de sentenças condenatórias.

40. Quanto à contagem dos prazos no processo do trabalho, é correto afirmar:

a) Os prazos são contados incluindo tanto o dia do início quanto o do vencimento.

b) Se o prazo se encerrar em sábado ou domingo, o vencimento se prorroga para a segunda-feira subsequente.

c) Se a parte for intimada ou notificada no sábado, o início da contagem do prazo será na segunda-feira e sua contagem começa na terça-feira.

d) Os prazos recursais ficam suspensos durante o recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho.

e) Pessoas jurídicas de direito público não fazem jus ao prazo em dobro para apresentar embargos de declaração.

41. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e com a jurisprudência consolidada do TST, no que se refere à forma de reclamação e à notificação no dissídio individual pelo rito ordinário, é correto afirmar:

a) Após o recebimento e protocolo da reclamação, o reclamado será notificado no prazo de 5 dias para comparecer à audiência, que será marcada para a primeira data desimpedida, respeitando o intervalo mínimo de 48 horas.

b) Não é admitida a cumulação de diversas reclamações em um único processo, mesmo que os reclamantes sejam empregados da mesma empresa, se não houver participação do sindicato.

c) Em razão da complexidade das matérias atualmente discutidas na Justiça do Trabalho, como danos morais, acidentes de trabalho e terceirização, não é mais permitida a reclamação verbal.

d) Após o recebimento da petição inicial, a Secretaria da Vara deverá remeter os autos imediatamente ao juiz, que fará o juízo de admissibilidade.

e) Presume-se que a notificação é recebida 48 horas após a sua postagem. Caso não seja recebida ou entregue após esse prazo, cabe ao destinatário o ônus de provar essa circunstância.

42. Em relação à audiência UNA no processo do dissídio individual trabalhista — que compreende a tentativa de conciliação, a instrução e o julgamento no mesmo ato — é correto afirmar:

a) Após a apresentação da defesa, o processo segue para a instrução, com a oitiva de testemunhas, peritos e técnicos, e, ao final, será feito o interrogatório das partes.

b) Se o reclamante faltar à audiência inaugural, mesmo com a presença do seu advogado, a sessão deverá ser adiada.

c) O empregador pode ser representado por gerente ou qualquer outro preposto que conheça os fatos, mas suas declarações não vincularão o empregador.

d) No início da audiência, o juiz propõe a conciliação. Caso não haja acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral em até 10 minutos.

e) O comparecimento do reclamante e do reclamado é obrigatório na audiência de julgamento, ainda que estejam presentes seus representantes legais.

43. João Antônio foi demitido após quatro anos de trabalho na empresa Alfa Beta Engenharia, sem receber o saldo salarial e as verbas rescisórias. Propôs reclamação trabalhista e audiência UNA foi marcada para dois meses depois. Na véspera da audiência, sofreu acidente e ficou hospitalizado, impossibilitado de comparecer. Nessa situação, de acordo com a CLT:

a) O advogado de João Antônio poderá representá-lo integralmente na audiência, inclusive prestando depoimento por ele.

b) João Antônio poderá ser representado na audiência por outro empregado da mesma categoria ou pelo sindicato da categoria profissional.

c) O processo será arquivado em razão da ausência do reclamante, que poderá propor nova ação quando estiver recuperado.

d) A CLT não prevê a substituição do reclamante ausente, cabendo ao juiz decidir pelo adiamento ou arquivamento.

e) A esposa, companheira ou parente de até terceiro grau poderá representá-lo, inclusive com poderes para prestar depoimento pessoal.

44. Sobre o ônus da prova e as regras relativas à produção de provas no processo do trabalho, conforme a CLT, assinale a alternativa correta:

a) Em qualquer procedimento, não se admite a arguição dos peritos ou técnicos, pois seus laudos são suficientes como prova.

b) As testemunhas devem, obrigatoriamente, ser previamente intimadas para comparecer.

c) Antes de assumir o compromisso legal, a testemunha será qualificada, informando nome, nacionalidade, profissão, idade, residência e, se for empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, estando sujeita às sanções penais em caso de falsidade.

d) Cada parte poderá indicar no máximo 3 testemunhas tanto no procedimento ordinário quanto no inquérito para apuração de falta grave.

e) Testemunhas que sejam parentes de até segundo grau, amigos íntimos ou inimigos das partes prestarão compromisso, mas seus depoimentos valerão apenas como informação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

45. A gestão do desempenho nas organizações contemporâneas não se limita à medição de resultados, sendo um processo sistemático e integrado que envolve diversos fatores. Considerando as concepções modernas sobre o tema, assinale a alternativa que melhor expressa a abordagem abrangente da gestão do desempenho:

a) Está centrada na apuração técnica e objetiva dos resultados quantitativos, desconsiderando aspectos comportamentais e organizacionais.

b) Prioriza a identificação de talentos com alto desempenho exclusivamente por meio de rankings e premiações.

c) Enfatiza o monitoramento esporádico de indicadores organizacionais, sem necessidade de planejamento prévio ou feedback.

d) Trata-se de um processo contínuo que envolve planejamento, acompanhamento e avaliação de resultados e comportamentos, visando ao alinhamento entre desempenho individual e estratégia organizacional.

e) Limita-se ao julgamento do desempenho individual dos colaboradores, com base em metas definidas unilateralmente pela alta administração.

46. Avaliar pessoas é uma tarefa sujeita a diferentes formas de distorção, que podem comprometer a confiabilidade e a equidade do processo avaliativo. Uma das mais recorrentes é o chamado efeito de halo, que se manifesta:

a) Quando o avaliador tende a classificar todos os colaboradores em níveis intermediários, por receio de emitir julgamentos extremos.

b) Ao supervalorizar um aspecto do desempenho e permitir que ele influencie indevidamente os demais critérios de avaliação, gerando generalizações indevidas.

c) Quando a avaliação se concentra exclusivamente em resultados mensuráveis, negligenciando atitudes e comportamentos.

d) Pela adoção de critérios fixos de desempenho, sem considerar as especificidades do cargo e do setor.

e) Quando o colaborador apresenta desempenho instável e o avaliador opta por um julgamento emocional e não técnico.

47. Em organizações públicas cada vez mais voltadas à descentralização e ao trabalho intersetorial, a comunicação horizontal tem ganhado destaque como instrumento de fortalecimento da integração e da cooperação. Com base nesse contexto, assinale a alternativa que melhor caracteriza a comunicação horizontal:

a) Representa o intercâmbio de informações entre diferentes níveis hierárquicos, voltado à centralização das decisões.

b) Deve ser restringida em estruturas públicas burocráticas, pois compromete a linearidade da cadeia de comando.

c) Refere-se à transmissão de ordens e instruções entre dirigentes superiores e subordinados operacionais.

d) Ocorre entre unidades organizacionais ou profissionais de mesmo nível hierárquico, favorecendo a cooperação, o compartilhamento de informações e a resolução de problemas interdepartamentais.

e) Sua utilização é recomendada exclusivamente para estruturas orgânicas e organizações da sociedade civil, não se aplicando ao setor público.

48. No tocante ao Decreto-Lei nº 200/1967, marco importante das reformas administrativas, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma de suas características centrais:

a) Eliminação do regime jurídico único e instituição da terceirização ampla e irrestrita no serviço público.

b) Ampliação da centralização política e administrativa, com ênfase na figura das agências reguladoras.

c) Inclusão dos princípios da descentralização e do planejamento como fundamentos da atuação administrativa.

d) Substituição integral dos órgãos da administração direta por fundações públicas com autonomia plena.

e) Extinção das autarquias e retorno ao modelo patrimonialista nas atividades operacionais do Estado.

49. A Reforma do Aparelho do Estado, liderada por Bresser Pereira no governo FHC, visava implantar a administração gerencial. Sobre seus pilares, assinale a alternativa correta:

a) Defendia a separação entre formulação e execução das políticas públicas e a responsabilização por resultados mediante contratos de gestão.

b) Propunha a redução da participação privada na execução de políticas públicas, enfatizando a supremacia estatal.

c) Priorizava o fortalecimento do núcleo estratégico do Estado e a ampliação do controle sobre as atividades sociais por meio da burocratização.

d) Criava o regime estatutário para todos os entes da Federação, garantindo a estabilidade para os ocupantes de cargos em comissão.

e) Propunha a substituição completa da burocracia weberiana por organizações públicas com fins lucrativos.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

Elisabete Moreira

50. Dentre as teorias comportamentais de liderança, Fiedler se destacou por desenvolver um modelo relacionado com a eficácia da liderança, no qual constatou que

a) o líder orientado para a tarefa obteve o melhor desempenho de seus liderados nas situações extremas relacionadas a variáveis situacionais isoladas e avaliadas.

b) o líder que possuía determinadas características inatas obteve os melhores resultados dos subordinados.

c) há uma adequada correlação entre o estilo apoiador e o coercitivo que podem levar ao “ponto ótimo” de atuação do líder eficaz.

d) a liderança somente será eficaz se o líder souber conjugar duas dimensões básicas: grau de tensão do ambiente e grau de resiliência da equipe.

e) As relações líder-liderados quando se apresentarem muito boas, o melhor estilo de liderança é o apoiador ou voltado para as pessoas.

51. Os estudos comportamentais apontam que há uma relação entre motivação humana e produtividade e que parte do trabalho de um líder consiste em direcionar seus colaboradores para realização das metas organizacionais. A partir dessa premissa, assinale a alternativa correta.

a) As teorias do conteúdo, entre as quais se insere a teoria de Maslow explica como funciona a motivação, descrevendo seus processos cognitivos.

b) A teoria da expectativa de Vroom defende uma relação direta entre motivação e necessidades humanas.

c) A teoria da hierarquia de Herzberg é uma teoria do processo que trata das necessidades humanas.

d) A teoria do campo de Lewin assevera que o comportamento humano é derivado da totalidade dos fatos coexistentes no ambiente.

e) As teorias de motivação demonstram quais comportamentos levam à satisfação dos indivíduos.

52. O modelo de gestão por competências vem sendo adotado na gestão pública, inclusive no âmbito do Poder Judiciário, instituído por meio da Resolução CNJ 192/2014, que dispôs sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

a) O mapeamento das competências humanas tem por objetivo aprimorar as competências organizacionais já disponíveis na instituição.
b) A política de treinamento, no desenvolvimento das competências, visa ao aumento do desempenho na função atual.
c) A avaliação de desempenho e a gestão por competências são processos dissociados.
d) A política salarial, no modelo de gestão por competências, tende a ser focada na estrutura de cargos, com alto grau de diferenciação salarial entre eles.
e) A gestão por competência envolve a definição de um processo contínuo de disseminação e recuperação de informações para os diversos níveis e setores da organização.

53. A gestão estratégica de pessoas compreende um conjunto integrado de processos dinâmicos e interativos que planejam, organizam, dirigem e controlam o trabalho e a atuação das pessoas na organização, com vistas ao alcance dos objetivos organizacionais. Nesse sentido é correto afirmar.

a) A visão contemporânea da gestão de pessoas atua de forma centralizada exercendo a função de staff.
b) A gestão estratégica de pessoas tem como tendência a adoção de um modelo voltado para competências.
c) Os gerentes de linha, na visão moderna de gestão de pessoas, são responsáveis pela elaboração das políticas de recursos humanos.
d) A área de gestão de pessoas possui a função de desenvolver as habilidades e competências dos colaboradores da organização.
e) Cabe à área de gestão de pessoas interpretar e aplicar as políticas e os procedimentos da organização.

54. A cultura organizacional é formada por um conjunto de elementos que dão identidade e personalidade, refletindo-se na imagem externa e no sucesso organizacional. Levando-se em consideração os aspectos relacionados à cultura organizacional, aponte a alternativa correta.

a) Corresponde às percepções acerca do ambiente organizacional compartilhadas pelos empregados.
b) É formada por camadas como responsabilidade social, ambiental e de governança.
c) É formada por padrões de referência criados e compartilhados, que influenciam a forma de perceber a organização.
d) Um dos elementos formais que a compõe relaciona-se à atitude das pessoas.
e) As normas grupais representam aspectos formais da cultura organizacional.

55. O conflito, muitas vezes provocado por aspectos relacionados à tarefa, ao processo ou mesmo às pessoas, é considerado um fenômeno inerente à vida organizacional. A melhor forma de promover um bom gerenciamento do conflito ocorre por meio da

a) negociação e supressão.
b) acomodação e solução de problemas.
c) negociação e solução de problemas.
d) fuga ou acomodação.
e) transigência e concessão.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

56. A respeito das leis que compõem o sistema orçamentário brasileiro — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) — assinale a opção correta, de acordo com o texto constitucional e as normas infraconstitucionais vigentes.

a) A Lei Orçamentária Anual pode incluir autorização para abertura de créditos suplementares, desde que expressamente prevista também na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em obediência ao princípio da exclusividade.

b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter as metas e prioridades da administração pública para um período mínimo de três exercícios, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) A Lei Orçamentária Anual cumprirá com o princípio da universalidade ao prever a receita advinda de cauções.

d) O Plano Plurianual é uma lei ordinária de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, com vigência limitada a quatro exercícios financeiros.

e) O orçamento de investimento das empresas controladas pelo Poder Público não integra a Lei Orçamentária Anual.

57. Com base na Lei nº 4.320/1964 e na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta quanto aos créditos adicionais.

a) Créditos extraordinários podem ser abertos por decreto do Poder Executivo, sem necessidade de autorização legislativa prévia, desde que haja prévia apresentação do plano de trabalho acerca da utilização do referido crédito.

b) Os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, exigindo, portanto, prévia exposição de motivos e justificativa da urgência.

c) Créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos cinco meses do exercício financeiro poderão ser reabertos no exercício subsequente, no limite dos seus saldos.

d) O crédito extraordinário somente poderá ser autorizado por medida provisória da Presidência da República, quando a urgência e a imprevisibilidade forem reconhecidas pelo Congresso Nacional.

e) Os créditos suplementares terão vigência limitada ao exercício financeiro em que forem autorizados, sendo vedada sua reabertura sob qualquer hipótese.

58. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, no que tange à classificação da receita e da despesa pública, assinale a alternativa correta.

a) As receitas de capital compreendem, entre outras, a arrecadação de contribuições econômicas, bem como o produto de operações de crédito e alienação de bens.

b) As despesas correntes são aquelas que contribuem para a formação ou aquisição de um capital fixo, como obras públicas e aquisição de imóveis.

c) As despesas de capital incluem os investimentos, as inversões financeiras e a amortização da dívida pública.

d) O superávit do Orçamento de capital, a despeito de não constituir item de receita orçamentária, é considerado receita de capital.

e) A amortização da dívida pública classifica-se como despesa corrente, por se tratar de uma obrigação ordinária do ente público.

59. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, são requisitos obrigatórios para a concessão de auxílio financeiro para pesquisadores, derivada de medida provisória, por um período de 29 meses:

a) a declaração do ordenador de despesa de que a despesa de capital possui compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

b) estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que a despesa irá entrar em vigor e no seguinte, a qual será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

c) declaração do ordenador de despesa de que a a despesa é objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

d) comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais.

e) demonstração pelo proponente de que a despesa foi considerada na estimativa de despesa da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

60. As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são relatórios padronizados que apresentam a posição patrimonial, financeira e de desempenho de entidades públicas. Acerca das DCASP e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,

a) o resultado patrimonial, evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é um indicador de desempenho e serve como um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

b) o Balanço Orçamentário será elaborado utilizando-se da classe 5 – Execução do Orçamento – e da classe 6 – Orçamento Aprovado – do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

c) o objetivo do Balanço Financeiro é evidenciar todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício: superávit ou déficit Financeiro.

d) a apresentação dos ativos e passivos no quadro principal do Balanço Patrimonial é realizada primordialmente pela forma baseada na liquidez.

e) Baixas de itens do ativo imobilizado, ainda que não sejam relevantes, podem ser apresentadas nas notas explicativas referentes à Demonstração das Variações Patrimoniais.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que "(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)". Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma "obra-prima" da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova de Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0